



# RePLAN

Rede de Serviços de Planeamento  
e prospetiva da Administração Pública

# Instrumentos de Planeamento 2023

Lista e Nota Metodológica

## **FICHA TÉCNICA**

### **Título**

Instrumentos de Planeamento de 2023: Lista e Nota Metodológica

### **Data**

Março 2024

### **Autoria**

Equipa Multissetorial de Planeamento Estratégico da RePLAN - Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública

[replan@planapp.gov.pt](mailto:replan@planapp.gov.pt)

# Índice

Introdução .....	4
Instrumentos de Planeamento .....	5
Instrumentos de Enquadramento aos Processos de Planeamento.....	14
Nota Metodológica sobre a Lista de Instrumentos de Planeamento de 2023 .....	16

## Introdução

A Lista de Instrumentos de Planeamento (IP) é um retrato dos elementos do Sistema de Planeamento Nacional, centrado no âmbito geográfico nacional, em 2023. A Lista de IP tem por base uma metodologia integrada, assente em critérios objetivos para determinar se um determinado documento de política pública é um IP.

A presente Lista contempla uma tabela principal referente aos Instrumentos de Planeamento, bem como uma segunda tabela com documentos de enquadramento dos processos de planeamento, destacados pela função orientadora dos processos de planeamento, nas respetivas áreas temáticas.

A metodologia é descrita em detalhe na secção “Nota Metodológica sobre a Lista de Instrumentos de Planeamento de 2023”, cuja leitura é complementar.

## Instrumentos de Planeamento

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
00008	Primeiro-Ministro	<b>Programa do XXIII Governo Constitucional 2022-2026</b>	Constituição da República Portuguesa, artigo 188.º
00009	Primeiro-Ministro	<b>Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço 2019-2023 (ENSC)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2019, de 5 de junho
00021	Primeiro-Ministro	<b>Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 2020-2030 (PNGIFR)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho (PNGIFR)
	a Primeiro-Ministro	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Programa Nacional de Ação do PNGIFR</b></li> </ul>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho (Programa Nacional de Ação do PNGIFR)
00100	Primeiro-Ministro	<b>Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2020, de 31 de julho
00101	Primeiro-Ministro	<b>Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2021, de 10 de setembro
00199	Primeiro-Ministro	<b>Estratégia Nacional para os Territórios Inteligentes</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2023, de 18 de dezembro
01001	Presidência do Conselho de Ministros	<b>PNR – Programa Nacional de Reformas (PNR 2023)</b>	Regulamento (UE) 1175/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Novembro de 2011
01004	Presidência do Conselho de Ministros	<b>Estratégia Portugal 2030</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro de 2020
01005	Presidência do Conselho de Ministros	<b>Lei das Grandes Opções (2023-2026)</b>	Lei n.º 38/2023, de 2 de agosto
01006	Presidência do Conselho de Ministros	<b>Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro</b>	Decisão de Execução do Conselho 13351/23, Bruxelas, 9 de outubro de 2023
01063	Presidência do Conselho de Ministros; Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	<b>Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro
	a Presidência do Conselho de Ministros; Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2022-2025</b></li> </ul>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 126/2023, de 17 de outubro

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
01148	Presidência do Conselho de Ministros; Finanças; Ambiente e Ação Climática	<b>Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 – ECO360</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023, de 10 de fevereiro
01172	Presidência do Conselho de Ministros; Finanças	<b>Estratégia Nacional Antifraude no âmbito da Prevenção e Combate à Fraude na aplicação dos Fundos do Orçamento da União Europeia para o período de 2023-2027</b>	Despacho n.º 7833/2023, de 27 de julho
01206	Presidência; Economia e Mar; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Coesão Territorial.	<b>Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente 2030</b>	N/A
01236	Presidência do Conselho de Ministros	<b>Acordo de Parceria Portugal 2030</b>	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 4777 final, Bruxelas 12 julho 2022
	a Presidência do Conselho de Ministros; Economia e Mar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Compete 2030 - Programa Temático Inovação e Transição Digital</b></li> </ul>	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 9321 final, Bruxelas 14 dezembro
	b Presidência do Conselho de Ministros; Educação; Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Pessoas 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão</b></li> </ul>	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 8753 final, Bruxelas, 25.11.2022
	c Presidência do Conselho de Ministros; Ambiente e Ação Climática	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Sustentável 2030 - Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade</b></li> </ul>	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 9619 final, Bruxelas, 14.12.2022
	d Presidência do Conselho de Ministros; Economia e Mar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Mar 2030</b></li> </ul>	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 8925 final, Bruxelas, 1.12.2022
	e Presidência do Conselho de Ministros; Assuntos Parlamentares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>FAMI 2030</b></li> </ul>	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022)9332 final, Bruxelas, 8.12.2022
	f Presidência do Conselho de Ministros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Programa de Assistência Técnica 2030</b></li> </ul>	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 9306 final, Bruxelas, 14.12.2022
01275	Presidência do Conselho de Ministros; Economia e Mar	<b>Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços 2030</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2024, de 12 de janeiro
02073	Negócios Estrangeiros	<b>Programa Internacionalizar 2030</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2021, de 19 de março

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
02103	Negócios Estrangeiros	<b>Estratégia da Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento 2030</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/2022, de 9 de dezembro
03197	Defesa nacional	<b>Estratégia de Desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa 2023 -2033</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2023, de 5 de junho
03285	Defesa nacional	<b>Estratégia Nacional de Ciberdefesa</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/2022, de 2 de novembro
03319	Defesa nacional	<b>Estratégia da Defesa Nacional para o Ambiente, Segurança e Alterações Climáticas</b>	Despacho n.º 12427/2023, de 15 de novembro
04010	Administração Interna	<b>Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 (ENPCP)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, de 11 de agosto
04096	Administração Interna	<b>Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2023, de 3 de maio.
04289	Administração Interna	<b>Estratégia Integrada de Segurança Urbana</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2023, de 9 de agosto
05091	Justiça	<b>Estratégia Nacional de Anticorrupção 2020-2024</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2021, de 6 de abril
06002	Finanças	<b>Programa de Estabilidade 2023-2027</b>	Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual
06007	Finanças	<b>Orçamento do Estado para 2023</b>	Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro
06151	Finanças	<b>Orçamento do Estado para 2024</b>	Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro
07075	Assuntos Parlamentares	<b>II Plano Nacional para a Juventude (II PNJ)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2022, de 13 de setembro
07092	Assuntos Parlamentares	<b>Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual” (ENIND)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio
	a Assuntos Parlamentares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Planos de Ação da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação — Portugal + Igual</b></li> </ul>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023, de 14 de agosto
03092	b Defesa Nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade*</b></li> </ul>	Despacho n.º 12393/2022, de 24 de outubro

\* Apesar do IP pertencer à Área Governativa da Defesa Nacional, o IP surge na sequência dos IP (07092) associados ao mesmo processo de planeamento.

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
07095	Assuntos Parlamentares	<b>Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 (PNCRD)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2021, de 28 de julho
07104	Assuntos Parlamentares	<b>Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto
07129	Assuntos Parlamentares	<b>Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2023 (ENICC)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2023, de 3 de maio
08069	Economia e Mar	<b>Estratégia Turismo 2027 (ET2027)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017 de 27 de setembro
08071	Economia e Mar	<b>Plano Reativar o Turismo   Construir o Futuro</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2021, de 16 de junho
08087	Economia e Mar; Ambiente e Ação Climática	<b>Estratégia Industrial para as Energias Renováveis Oceânicas (EI-ERO)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 174/2017, de 24 de novembro
08097	Economia e Mar	<b>Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 (ENM 2021-2030)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2021, de 4 de junho
	a Economia e Mar	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Plano de ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030</b></li> </ul>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2021, de 1 de setembro de 2021
08143	Economia e Mar; Agricultura e Alimentação	<b>Plano Estratégico da Pequena Pesca</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2022, de 21 de dezembro
08167	Cultura; Economia e Mar; Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	<b>Programa «Saber-Fazer» / Estratégia nacional para as artes e ofícios tradicionais para os anos de 2021-2024</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2020, de 23 de outubro
08212	Economia e Mar	<b>CITec - Programa Capacitar a Indústria Portuguesa</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2016;
	a Economia e Mar	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>FITEC (Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular)</b></li> </ul>	Decreto-Lei n.º 86-C/2016; Portaria n.º 258/2017
08233	Economia e Mar; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	<b>Estratégia Nacional para os Semicondutores</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2024, de 8 de janeiro
09056	Cultura; Educação	<b>Plano Nacional das Artes 2019-2024 (PNA)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2019, 21 de fevereiro



#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
09163	Cultura, Educação	<b>Plano Nacional de Cinema 2021-2030</b>	Despacho n.º 65/2022, de 5 de janeiro
09168	Cultura; Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	<b>Estratégia de Promoção da Acessibilidade e Inclusão nos Museus, Monumentos e Palácios 2021-2025</b>	Despacho n.º 2016/2022, de 15 de fevereiro
10138	Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	<b>Portugal Espaço 2030</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2018, de 12 de março
11076	Educação	<b>Plano 23 24 Escola+, plano de recuperação de aprendizagens</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 80-B/2023, de 18 de julho
11077	Educação	<b>Plano Nacional de Leitura 2027</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 48-D/2017, de 31 de março
12074	Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	<b>Programa Regressar</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2019, de 28 de março
12128	Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	<b>Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2021, de 31 de agosto
12130	Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	<b>Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento (ENIPSSA 2017-2024)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2024, de 24 de janeiro
12131	Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	<b>Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024 (ENDC)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020, de 18 de dezembro
12147	Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	<b>Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2023, de 17 de janeiro
12276	Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	<b>Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2024, de 12 de janeiro
13112	Saúde	<b>Estratégia Nacional para a Promoção da Atividade Física, da Saúde e do Bem-Estar</b>	Despacho n.º 6401/2016, de 16 de maio
	a Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física (PNPAF)</b></li> </ul>	Despacho n.º 6401/2016, de 16 de maio
13114	Saúde	<b>Plano Nacional de Saúde (PNS)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2023, de 16 de agosto

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
13115	Saúde	<b>Plano Nacional para a Segurança dos Doentes 2021-2026 (PNSD 2021-2026)</b>	Despacho n.º 9390/2021, de 24 de setembro
13117	Saúde	<b>Programa Nacional para a Diabetes</b>	Despacho n.º 6401/2016, de 16 de maio
13196	Saúde	<b>Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2030</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2023, de 26 de setembro
13255	Saúde	<b>Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral 2021-2025</b>	Despacho n.º 5201/2021, de 24 de maio
13259	Saúde	<b>Plano de Contingência Saúde Sazonal - Módulo Inverno 2022</b>	Despacho n.º 2483/2017, de 23 de março
13260	Saúde	<b>Plano de Contingência Saúde Sazonal - Módulo Verão 2022</b>	Despacho n.º 2483/2017, de 23 de março
13261	Saúde	<b>Plano Nacional de Prevenção e Controlo de Doenças Transmitidas por Vetores</b>	Lei n.º 4/2016, de 29 de fevereiro
13269	Saúde	<b>Estratégia Nacional de Luta contra o Cancro 2021-2030</b>	Despacho n.º 13227/2023, de 27 de dezembro
14025	Agricultura e Alimentação; Ambiente e Ação Climática	<b>Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável - Horizonte 2025</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2021, de 28 de dezembro e Despacho n.º 6787/2020, de 1 de julho
14026	Agricultura e Alimentação; Ambiente e Ação Climática	<b>Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2030 (ENEAPAI 2030)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2022, de 25 de janeiro
14003	Infraestruturas; Ambiente e Ação Climática; Agricultura e Alimentação	<b>Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 192/2023, de 26 de dezembro
14017	Ambiente e Ação Climática	<b>Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro
14028	Ambiente e Ação Climática	<b>Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 5 de abril
14029	Ambiente e Ação Climática	<b>Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho
	a Ambiente e Ação Climática	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)</b></li> </ul>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
14030	Ambiente e Ação Climática	<b>Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009, de 8 de setembro
14035	Ambiente e Ação Climática	<b>Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro
14036	Ambiente e Ação Climática	<b>Plano Estratégico para os Resíduos não Urbanos (PERNU 2030)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2023, de 18 de outubro
14037	Ambiente e Ação Climática	<b>Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março
14038	Ambiente e Ação Climática	<b>Plano Nacional da Água (PNA)</b>	Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro
14039	Ambiente e Ação Climática	<b>Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023, de 24 de março
14047	Ambiente e Ação Climática	<b>Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho
14051	Ambiente e Ação Climática	<b>Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 2014-2024 (PANCD)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro
14082	Ambiente e Ação Climática	<b>Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2023-2050</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2024, de 8 de janeiro
14083	Ambiente e Ação Climática	<b>Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2020, de 14 de agosto
14084	Ambiente e Ação Climática	<b>Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho
14088	Ambiente e Ação Climática	<b>Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 8-A/2021, de 3 de fevereiro
14133	Ambiente e Ação Climática	<b>Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa 2020-2030 (ciclável + pedonal)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2023, de 7 de julho Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019, de 2 de agosto

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
	a Ambiente e Ação Climática	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Pedonal 2020-2030</b></li> </ul>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2023, de 7 de julho
	b Ambiente e Ação Climática	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável (ENMAC) 2020-2030</b></li> </ul>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019, de 2 de agosto
14137	Ambiente e Ação Climática	<b>Política Nacional de Arquitetura e Paisagem</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 4 de julho
14144	Ambiente e Ação Climática	<b>Plano Nacional para o Radão</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 150-A/2022, de 29 de dezembro
14284	Ambiente e Ação Climática	<b>Plano de Poupança da Energia 2022-2023</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2022, de 27 de setembro
15179	Infraestruturas	<b>Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, de 24 de novembro
16089	Habitação	<b>Programa Nacional de Habitação (2022-2026)</b>	Lei n.º 2/2024, de 5 de janeiro
17054	Coesão Territorial	<b>Programa de Valorização do Interior (PVI)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, 14 de julho
17055	Coesão Territorial	<b>Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)</b>	Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro
18012	Agricultura e Alimentação	<b>Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030 "Terra futura"</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020, de 13 de outubro
18013	Agricultura e Alimentação	<b>Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (ENCDA)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2018, de 27 de abril
18014	Agricultura e Alimentação	<b>Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSANP)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2021, de 13 de setembro
18015	Agricultura e Alimentação	<b>Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2017, de 27 de julho
18016	Agricultura e Alimentação	<b>Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais (ENPPC)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2018, de 26 de julho

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
18018	Agricultura e Alimentação	<b>Estratégia Nacional para programas operacionais sustentáveis de organizações de produtores de frutas e produtos hortícolas</b>	Portaria n.º 295-A/2018, de 2 de novembro
18020	Agricultura e Alimentação	<b>Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC 2023-2027)</b>	Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 6019 final, Bruxelas, 31.8.2022

## Instrumentos de Enquadramento aos Processos de Planeamento

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
00062	Primeiro-Ministro; Economia e Mar	<b>Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial para Portugal 2018-2030</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2018, de 8 de março
00070	Primeiro-Ministro; Economia e Mar	<b>Plano de Ação para a Transição Digital (PATD) — Portugal Digital</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020, de 21 de abril
02169	Negócios Estrangeiros; Cultura Economia e Mar	<b>Programa de Ação Cultural Externa</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2016, de 22 de novembro
03060	Defesa nacional	<b>Conceito Estratégico de Defesa Nacional</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril
03317	Defesa nacional	<b>Diretiva de Orientação Política para o Planeamento das Forças Nacionais Destacadas para o ciclo 2023/2024</b>	N/A
03318	Defesa nacional	<b>Diretiva Ministerial Orientadora do Ciclo de Planeamento de Defesa</b>	N/A
06156	Finanças	<b>Lei de Enquadramento Orçamental</b>	Lei 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual
08066	Economia e Mar	<b>Estratégia Nacional para a Digitalização da Economia – Indústria 4.0 (2.ª fase)</b>	N/A
08067	Economia e Mar	<b>Estratégia Nacional para o Empreendedorismo – StartUp Portugal +</b>	N/A
08098	Economia e Mar	<b>Linhas de orientação estratégica e recomendações para a implementação de uma Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas (AMP)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2019, de 29 de agosto
08099	Economia e Mar	<b>Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo (PSOEM)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 203-A/2019, de 30 de dezembro
08192	Economia e Mar	<b>Plano de Turismo + Sustentável</b>	N/A
08203	Economia e Mar	<b>Estratégias de Eficiência Coletiva (Clusters de Competitividade)</b>	Despacho n.º 1172/2024, de 31 de janeiro
08204	Economia e Mar	<b>Estratégias de Eficiência Coletiva (Turismo de Portugal)</b>	Regulamento n.º 371/2022, de 13 de abril
08240	Economia e Mar	<b>Plano Estratégico para a Aquicultura Portuguesa 2021-2030</b>	N/A

#	Área Governativa	Designação	Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento
08311	Economia e Mar	<b>Programa Interface</b>	N/A
13110	Saúde	<b>Estratégia da Saúde para a Área das Demências</b>	Despacho n.º 5988/2018, de 19 de junho
13267	Saúde	<b>Estratégia de Saúde para as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo - LGBTI</b>	Despacho n.º 5643/2023, de 17 de maio
13271	Saúde	<b>Estratégia Nacional para a Alimentação do Lactente e da Criança Pequena</b>	Despacho n.º 4411/2018, de 4 de maio
14034	Ambiente e Ação Climática	<b>Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para situações de Seca</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho
14180	Ambiente e Ação Climática	<b>Lei de Bases do Clima</b>	Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro
14181	Ambiente e Ação Climática	<b>Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho
14323	Ambiente e Ação Climática	<b>Regime Jurídico de Conservação da Natureza e da Biodiversidade</b>	Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual
15061	Infraestruturas	<b>Estratégia da Distribuição da Quinta Geração de Comunicações Móveis</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2020, de 7 de fevereiro
15185	Infraestruturas	<b>Plano Rodoviário Nacional</b>	Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho

# Nota Metodológica sobre a Lista de Instrumentos de Planeamento de 2023

## Enquadramento do Exercício

A Lista de Instrumentos de Planeamento (IP) é um retrato dos elementos do Sistema de Planeamento Nacional, centrado no âmbito geográfico nacional, em 2023. A Lista de IP partiu de um levantamento e uma análise que identifica e caracteriza uma classe de instrumentos de política pública – os Instrumentos de Planeamento. A presente nota metodológica incide sobre o processo de elaboração da Lista de IP e descreve as opções metodológicas adotadas para o exercício, pelo que é um documento complementar a Lista de IP divulgada publicamente.

A Lista dos Instrumentos de Planeamento foi desenvolvida durante o ano de 2023 no contexto da Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública (REPLAN), em particular no seio da Equipa Multissetorial de Planeamento Estratégico (EMPE). A Lista surgiu de forma natural e consensual no decurso dos trabalhos levados a cabo pela EMPE, previstos no seu plano de ação para 2023-2024. O trabalho subjacente à criação da Lista foi feito colaborativamente, em articulação estreita e recorrente com as entidades-membro da REPLAN.

Previamente à elaboração da Lista, o Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública (PlanAPP) levou a cabo um diagnóstico amplo do sistema de planeamento nacional, com análises de múltiplos elementos de planeamento. As principais conclusões desses trabalhos foram partilhadas e discutidas em sede da EMPE da REPLAN. Essa interação evidenciou uma perceção coletiva comum em torno da realidade do planeamento e dos seus principais desafios. Importa ressaltar também que o PlanAPP também tinha já ensaiado um mapeamento dos instrumentos de planeamento em Portugal, pelo que havia alguma reflexão em torno dos desafios de um levantamento exaustivo e objetivo de uma classe/tipologia de instrumentos de política – os Instrumentos de Planeamento

O trabalho de elaboração, e a própria Lista dos Instrumentos de Planeamento, são inovadores no contexto da Administração Pública em Portugal, uma vez que assentam num trabalho em rede, que conta com uma representação abrangente das áreas governativas, sobre uma temática que assume uma relevância crescente.

## Aspetos metodológicos

O exercício que está na base da Lista dos Instrumentos de Planeamento consistiu na análise de um conjunto de mais de três centenas de instrumentos, onde cerca de metade constava de um



levantamento inicial feito pelo PlanAPP e outra metade foram indicados pelas diversas áreas governativas. Importa destacar que o objeto de análise são os documentos que dão forma aos Instrumentos de Planeamento (IP), não obstante a centralidade dos processos de planeamento em que se inserem/de que resultam os IP.

A elaboração da Lista dos Instrumentos de Planeamento assentou numa metodologia desenvolvida para o efeito. A primeira parte da metodologia incide nos Instrumentos de Planeamento, enquanto objeto de análise, e decorre da necessidade de delimitar estes instrumentos face ao universo dos instrumentos de política pública. Nesse sentido, foi desenvolvida a seguinte definição de Instrumento de Planeamento, com base na bibliografia e no conhecimento conjunto dos membros da EMPE da REPLAN:

- **Instrumento de planeamento:** Um documento aprovado ou previsto pelo Governo, através de um ato normativo, que determina um conjunto escalonado de orientações mensuráveis para a ação governativa num horizonte temporal pré-definido, que devem estar organizadas numa estrutura que abranja pelo menos dois níveis de orientações, articulados entre si.

Esta definição cumpre uma função instrumental de delimitação dos Instrumentos de Planeamento face aos demais instrumentos de política pública. Por outro lado, cumpre também uma função normativa de construir uma noção partilhada desta tipologia de instrumentos.

A segunda parte da metodologia incide no conjunto de procedimentos que deram origem à Lista ora apresentada. Ainda no plano conceptual, foi desenvolvido um conjunto interligado de critérios a que os Instrumentos de Planeamento devem atender. Os critérios dividem-se entre critérios de admissibilidade e critérios substantivos.

A Lista dos Instrumentos de Planeamento diz respeito apenas a instrumentos e documentos de nível nacional. No que concerne a dimensão temporal, o ano de referência é 2023, pelo que foram incluídos os instrumentos com um horizonte temporal que incluía o ano de 2023<sup>1</sup>. Nesse sentido, os critérios de admissibilidade visam excluir, numa fase preliminar da análise, os instrumentos que não se enquadram no âmbito do exercício, tais como aqueles que se encontram em elaboração ou cujo horizonte temporal foi ultrapassado, os que incidem numa área geograficamente circunscrita do território nacional (e.g. região, etc.) ou cuja aplicação extravasa as fronteiras nacionais (e.g. natureza transfronteiriça ou supranacional), bem como os documentos que apenas criam estruturas operacionais.

Os critérios substantivos incidem nos documentos e abrangem as características que se devem observar num IP. A partir da definição de Instrumento de Planeamento foram criados cinco critérios substantivos:

- **Formalização e responsabilidade pelo ato:** o instrumento deve assumir a forma de ato normativo **ou** a sua elaboração estar prevista num ato normativo do Governo;

---

<sup>1</sup> Bem como aqueles que tenham sido aprovados em 2023, ainda que tenham sido publicados já no ano de 2024

- **Função:** o instrumento deve orientar (explicitamente) a ação do Governo, da Administração Pública ou de parte dos mesmos;
- **Orientações:** o instrumento deve apresentar pelo menos dois níveis distintos de orientações (e.g. objetivos e medidas);
- **Estrutura das orientações:** o instrumento deve apresentar orientações escalonadas, explicitando a relação ou ligação entre diferentes níveis de orientações (e.g. cada medida insere-se num eixo de atuação, que concorre para um objetivo);
- **Horizonte temporal:** o instrumento deve definir um horizonte temporal, associado à produção de efeitos, **ou** conter uma calendarização para a implementação das orientações.

Em casos pontuais de instrumentos complementares entre si e pertencentes ao mesmo processo de planeamento, a análise incidu no conjunto dos documentos associados ao mesmo processo de planeamento. Nesses casos, a numeração dos instrumentos partilha os primeiros cinco algarismos de forma a facilitar a sua identificação<sup>2</sup>.

A aplicação dos critérios foi feita de forma sequencial e cumulativa, pelo que na Lista dos Instrumentos de Planeamento apenas configuram como IP, os instrumentos analisados que cumprem todos os critérios enunciados. Não obstante, é possível encontrar um conjunto de outros documentos numa segunda tabela da Lista, designados de documentos de enquadramento dos processos de planeamento, que, apesar de não cumprirem os critérios, merecem ser destacados pela função orientadora dos processos de planeamento, nas respetivas áreas temáticas.

---

<sup>2</sup> Estes IP encontram-se sublinhados a um azul mais claro e a designação dos instrumentos está indentada com um ponto.



# RePLAN

Rede de Serviços de Planeamento  
e Prospetiva da Administração Pública

